

MULHERES NEGRAS E A LUTA POR IGUALDADE: POR UM FEMINISMO NEGRO DECOLONIAL

*Jessica Mara RAUL**

RESUMO: O presente trabalho parte da reflexão sobre a experiência feminista a partir de uma perspectiva decolonial. Para tanto, leva em consideração as assimetrias no movimento de mulheres brasileiro, destacando as estratégias de organização do movimento de mulheres negras que, baseadas em sua vivência, reflete sobre a situação das mulheres em e na diáspora, a partir do hemisfério sul. Pretende-se demonstrar, como as diferenças estabelecidas enquanto ferramentas de hierarquização dos seres humanos, manteve a população negra na base da pirâmide social, com maiores prejuízos para as mulheres negras, submetidas à interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe ao enfrentarem barreiras ao exercício da cidadania. Assim, a experiência cotidiana aliada à luta pela sobrevivência proporcionará a essas mulheres não só mecanismos de resistência ao padrão estabelecido pela lógica hierarquizante na aquisição de bens sociais, mas também, um ponto de visão privilegiado para a análise dessa sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Feminismo negro. Colonialidade. Mulheres negras.

Mulher Negra e desigualdade: uma base para a sociedade colonial

Para compreender como as desigualdades ocorrem, devemos partir de sua construção e difusão como um fator natural aos grupos humanos. De acordo com Quijano (2005),

* CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca. Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20271-110 - jraul.prof@gmail.com.

Na América a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas na conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduzem à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois ele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005, p.118).

As diferenças foram utilizadas como ferramentas de hierarquização baseadas na permanência de uma mentalidade colonial e os negros foram aprisionados na base da pirâmide social; e no caso das mulheres negras – sujeitos da nossa análise – estas amargam, por seu pertencimento étnico-racial e de gênero, os piores índices. Deste modo, raça, gênero e classe podem explicar a manutenção das desigualdades em relação às mulheres negras, na qual o acesso diferenciado à educação e ao mercado de trabalho garantem sua manutenção¹ (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2003; CALDWELL, 2007; COLLINS, 1990; CRENSHAW, 2002).

No século XIX, segundo Del Priore (2000), alguns viajantes atribuíam a palidez e o desmazelo das moças à severidade com que eram trancadas pelos pais e maridos, sendo mantidas muito segregadas da vida social – situação ainda mais grave no interior, onde passavam às vezes muitos meses entre quatro paredes, sem aparecer às janelas (Del Priore, 2000). Reconhecemos que essa era uma realidade exclusiva da mulher branca, pois desde o período colonial as mulheres negras transitam pelas ruas com certa liberdade², sendo elas no pós-colonial, as principais

¹ Tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto à condição de ingresso neste são indicativos importantes e têm relação direta com o acesso à educação, fazendo com que esse par seja de vital importância para a ascensão social dos indivíduos. A discriminação na obtenção de bens sociais – como a educação – e/ou nas exigências eurocênicas do mercado de trabalho são, comprovadamente, as principais barreiras impostas pelo racismo ao desenvolvimento dos afro-brasileiros.

² Sidney Chalhoub ao retratar a “cidade negra” nas últimas décadas da escravidão na Corte, nos fala que os cativos se movimentavam bastante pelas ruas do Rio e que se tornava cada vez mais difícil identificar prontamente as pessoas e os sentidos de seus movimentos. Para ele, o meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a

provedoras do seu núcleo familiar em decorrência da exclusão sofrida pelo homem negro no mercado de trabalho, gerada por sua vez pela competição³ com o imigrante europeu trazido para embranquecer a nação.

Importante ressaltar a reflexão trazida por Bonfim (2009) quando a autora fala do lugar da mulher negra, ao ressaltar a necessidade de uma maior problematização do período colonial de escravização dos africanos como marco histórico, comumente utilizado para compreensão da situação de subalternização, estereotipação, discriminação e exclusão que as mulheres negras vêm vivenciando na sociedade brasileira. Para ela, a opressão da mulher negra em sociedades periféricas multirraciais precisa ser revisitada segundo uma visão histórica mais profunda. Com isso, a própria compreensão da experiência feminina – destacadamente a das negras – necessita inicialmente que as relações de gênero sejam interpretadas como um fenômeno de profundidade histórica. Para isso:

1. Deve-se ir, inicialmente, além do marco de escravização da mulher negra no Brasil – marco geralmente dissociado das elaborações históricas anteriores ao século XV –, sem deixar de dispensar atenção à importância desse processo como momento fundamental de *reelaboração*⁴ da imputação da subalternidade para esse grupo de mulheres num novo contexto territorial, social, político e histórico.
2. É fundamental que a interpretação do sexismo como fenômeno histórico não obscureça sua intrínseca articulação em outro fenômeno também de profundidade histórica e de caráter estruturante nas sociedades, o racismo (BONFIM, 2009, p. 223).

Portanto, a reflexão sobre a sociedade colonial e o paradigma moderno do qual ela faz parte nos remetem às suas consequências de longa duração para a manutenção e perpetuação das desigualdades, sendo as mulheres negras duplamente prejudicadas. O período colonial deve ser encarado como um período de disputa em que mesmo em condições de subordinação é fundamental considerar as articulações estabelecidas entre a população negra e que teve como consequências a geração, pela elite branca colonial, de uma série de mecanismos ainda mais cruéis, necessários à contemporização das estratégias de dominação garantidoras de políticas excludentes e de desarticulação da população afro-brasileira.

distinção entre escravos, libertos e pretos livres, desmontando, segundo ele, uma política de domínio, mas que tem como consequência por ser “a cidade que escondia”, se transformar na cidade que desconfiava, transformando todos os negros em suspeitos (CHALHOUB, 2011, p. 239).

³ Sobre o tema ver Chalhoub (2001) e Arantes (2010).

⁴ Grifo da autora.

Segundo Carneiro (2003), no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante, estão na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Para ela, essa violência sexual colonial é, também, o cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.

Essa aceitação das relações sexuais interracialis não representou ameaça para a família branca brasileira, pela posição de subordinação a que a mulher negra foi colocada em relação à branca. Nesse sentido, hooks⁵ (2013) traz importantes elementos ao nos lembrar que o ponto de contato entre negras e brancas era a relação serva-senhora e que mesmo as brancas pobres afirmariam uma presença dominadora, em que dada a semelhança entre as posições das brancas e das negras dentro das normas sexistas, o contato pessoal entre os dois grupos era cuidadosamente construído de forma a reforçar a diferença de *status* baseada na raça. Para a autora,

No decorrer da história, o esforço das mulheres brancas para manter a dominação racial esteve diretamente ligado à política do heterossexismo dentro de um patriarcado de supremacia branca. As normas sexistas, que estipulavam que as mulheres brancas eram inferiores em razão de seu sexo, poderiam ser mediadas pelos vínculos raciais (hooks, 2013, p. 129)⁶.

O processo histórico de subordinação das mulheres negras firmou as bases da sociedade brasileira, seja enquanto trabalhadora escravizada, seja enquanto objeto de dominação masculina. Nessa perspectiva, Sidney Chalhoub (2001), ao analisar o início do capitalismo na cidade do Rio de Janeiro, verifica vários aspectos da vida dos trabalhadores no início do século XX e nos diz que, apesar de encontrarmos algumas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias, o serviço doméstico era o principal nicho ocupacional das mulheres pobres.

A partir do censo de 1906, o autor verifica que o trabalho remunerado da mulher pobre, era, em geral, uma extensão das suas funções domésticas, sendo realizado dentro de sua própria casa ou na casa da família que a empregava. Apesar de essas tarefas serem em geral mal remuneradas, ele nos mostra que muitas mulheres conseguiam viver exclusivamente daquilo que conseguiam obter com

⁵ hooks, bell. A autora assina assim, em letra minúscula e, em respeito a sua subversão acadêmica, reproduzo sua forma de referir-se a si mesma.

⁶ A autora faz referências à sociedade norte-americana, não pretendemos aqui uma transposição simplista, mas as questões trazidas pela autora são emblemáticas para se pensar a experiência da mulher afro-brasileira.

seu trabalho e que o ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes em muitos casos, era parte da experiência real da vida dessas mulheres.

A facilidade com que essas mulheres conseguiam trabalho as colocava em posição de relativa independência em relação ao seu homem (CHALHOUB, 2001), mas essa inserção precarizada, não necessariamente se remete em ganhos materiais ou ascensão social, pois se para as mulheres brancas de classe média era necessária a conquista do direito de trabalhar fora, para as mulheres pobres, negras em sua maioria, essa participação geralmente ocorria de forma precoce e precária.

Essas desigualdades se reproduzem em diversas escalas, inclusive dentro do movimento de mulheres, cujas demandas específicas apontadas pelas mulheres negras tinham seu debate dificultado pela crença de que as desigualdades sociais no Brasil eram apartadas das questões raciais. Segundo Carneiro (2003), a consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres. Para ela, o mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros (CARNEIRO, 2003).

Essa dupla batalha das mulheres negras brasileiras por reconhecimento, as colocou em organizações distintas nacional e internacionalmente, ampliando o debate sobre as questões sociais atreladas às hierarquias raciais, gerando experiências e ganhos políticos em diversos níveis. Essa experiência aliada à necessidade de articulação para além das fronteiras brasileiras expressiu-se em uma série de documentos e textos acadêmicos, refletida em sua expressividade na América Latina, demonstrando a derrocada da visão universal de feminino e, possibilitou a outras vozes serem ouvidas.

Do movimento de mulheres à racialização das opressões de gênero

Para o resgate da trajetória do feminismo no Brasil, até a emergência do Feminismo Negro, apresenta-se aqui o sentido utilizado por Figueroa e Hurtado (2014), para quem o feminismo negro seria as apostas de reivindicação e redefinição política, lideradas por mulheres africanas e afrodescendentes para enfrentar a opressão e marginalização sexista em contextos, produtos da dominação moderna/colonial. As autoras ampliam seu sentido ao forjar o conceito de Feminismo

Afrodiaspórico, entendido como uma complexa, ampla e heterogênea perspectiva de pensamento que surge das experiências de vida cotidianas das mulheres africanas, negras e afrodescendentes do mundo inteiro. O feminismo afrodiaspórico como forma de pensamento e como prática, responderia, segundo elas, a múltiplas relações de dominação que se diferenciam em cada país por histórias e contextos geopolíticos que caracterizam a diáspora africana (FIGUEROA; HURTADO, 2014). Nesse mesmo sentido, Santos (2007) nos fala do Feminismo negro diaspórico que é a maneira de a autora designar aqueles grupos cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas e desenvolvidas por feministas e/ou ativistas afrodescendentes; e ainda, cujas práticas apresentem como característica marcante a propriedade de serem (ou terem sido) fundadas e forjadas a partir da articulação das categorias políticas de raça, gênero, classe e sexualidade, em resposta ao sistema de dominação que tem impactado as mulheres negras e que, majoritariamente, caracteriza-se pela interseccionalidade do racismo, sexismo, classismo e heterossexismo (SANTOS, 2007).

Partiremos da ideia de Sarti (2004), para quem o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher torna-se mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura. “Ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliaram-se as mudanças por que vinham passando o país sob o regime autoritário” (SARTI, 2004, p. 38). A autora fala de um processo de modernização, que culmina com o Ano Internacional da Mulher, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, propiciando, segundo ela, um cenário de visibilidade ao movimento feminista e favorecendo a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, o que abriu espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente.

Para Wolff e Possas (2005), a história do movimento feminista no Brasil tem sistematicamente procurado seu início na resistência à ditadura militar e nos movimentos de esquerda e, segundo elas, esse olhar nunca garantiu que a esquerda se sentisse realmente comprometida com o feminismo. Angela Davis (2011) nos diz que o movimento feminista é tão diverso que não se pode falar de um só feminismo e mesmo dentre as feministas negras é preciso reconhecer a grande diversidade existente. A partir de exemplos como o das mulheristas e das acadêmicas, a autora exemplifica essas diferenças, em que o desafio consiste em saber como trabalhar com as diferenças e contradições, usando-as como fagulha criativa, o que nos auxiliaria a criar pontes de comunicação com pessoas de outros campos.

Luiza Bairros (1995) afirma, de acordo com o ponto de vista feminista, que não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada. Ela considera essa formulação particularmente importante, não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que permite pensar em termos dos movimentos negros e de mulheres negras no Brasil. A autora nos diz que este ponto de vista seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas de experiência de ser negro (vividas através do gênero) e de ser mulher (vividas através da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras – luta contra o sexismo ou racismo? –, já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra.

Com Lícia Barbosa (2010) observamos que as concepções teóricas do feminismo negro recolocam, no centro das discussões feministas, a persistente dicotomia entre igualdade e diferença e, mais contemporaneamente, a questão das diferenças na diferença. Segundo ela, as proposições do feminismo negro e do pensamento feminista negro têm forçado a teoria feminista a aprofundar suas análises sobre a discussão racial e sobre outros modos de diferenças em relação à sua produção teórica e prática.

A partir de feministas negras, podemos pensar a trajetória de racialização do movimento de mulheres no Brasil. Sueli Carneiro (2003), propõe enegrecer o feminismo. Segundo ela, essa é a expressão utilizada para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro no qual:

Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Para a autora, ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos, condição assumida a partir do lugar em que estão inseridos. Nesse sentido, grupos que possuem demandas específicas (como as indígenas e negras), vêm exigindo práticas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, no qual a diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados

introduz no feminismo, é resultado de um processo dialético que promove a afirmação das mulheres em geral, como novos sujeitos políticos e exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (CARNEIRO, 2003).

A classificação social da população mundial embasada na ideia de raça, constituiu-se como o padrão de poder e, portanto, percebemos a importância de situar a interseccionalidade de raça, classe e gênero como formas de opressão colonial. A partir da perspectiva do feminismo, enquanto uma teoria que questione os padrões eurocêtricos, podemos observar como esses se estabelecem, também como fonte de questionamento da sociedade fundada nas bases do patriarcado de supremacia branca.

Lugones (2014) propõe o sistema colonial e de gênero enquanto uma lente através da qual se pode aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Para ela, a missão civilizatória era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático. Ainda, ao pensar a colonialidade do gênero, a autora alarga a compreensão de Quijano (2005) sobre o sistema de poder capitalista global e critica sua visão de gênero, pensada, segundo ela, somente em termos de acesso sexual às mulheres.

A possibilidade de leitura do movimento feminista negro a partir das categorias decoloniais, surge da sua utilização das categorias fundantes da formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI, a saber, raça, gênero e trabalho (entendido aqui não só em sua divisão internacional, mas sexual), que possibilita o seu enfrentamento a partir da reflexão e teorização sobre o lugar dessas mulheres na sociedade brasileira.

Não penso que seja impossível essa projeção já que, de acordo com hooks (2003, p. 86), “a posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra feminismo”. Nem sempre a nossa *práxis* estará encaixada perfeitamente em uma teoria (ou tão evidente), por isso, a reflexão sobre nossas práticas e a tentativa de entendimento de determinada realidade seriam a teorização. O movimento contra-hegemônico está dado e avança a passos largos, sem possibilidades, ainda, de prever seu resultado, mas sendo previsível um eixo articulador para a análise da situação dos povos não-ocidentais.

Para Collins (1990), o pensamento feminista negro demonstra o poder emergente das mulheres negras como agentes do conhecimento afrocentrado⁷, destacando a importância que esse conhecimento desempenha na capacitação de pessoas oprimidas, sendo esta parte extremamente importante nas relações sociais de dominação e resistência. Para a autora, o pensamento feminista negro promove uma mudança paradigmática fundamental na forma como as opressões são pensadas e, localiza os debates epistemológicos em curso na teoria feminista e na sociologia do conhecimento, sobre formas de avaliar a verdade, oferecendo aos grupos subordinados, o entendimento de que suas experiências podem ser capacitadoras.

Desde a chegada neste continente, as mulheres e homens africanos, seguidos pelos seus descendentes, travam essa batalha cotidiana pela vida e liberdade e, mais tarde, por direitos, pois após a abolição⁸, apenas o estatuto jurídico de homens e mulheres livres não lhes garantiam acesso aos bens sociais e, portanto, o direito à cidadania. São mulheres com diversas práticas políticas e religiosas que, de alguma forma, lhes permitem ter um contato mais intenso com identidades forjadas na intersecção das opressões de raça, gênero e classe. Podemos notar que, apesar dos avanços do movimento de mulheres negras, os desafios são muitos. A articulação de várias práticas cotidianas reativas em redes proporciona a consciência de que não fazem nada sozinhas e traz a possibilidade de buscar parcerias para exigir direitos historicamente negados.

Considerações Finais

As diferenças estabelecidas enquanto ferramentas de hierarquização definiram o padrão colonial e o início da modernidade, garantindo que, mesmo no caso da opressão de gênero experimentada pelas mulheres dos diversos pertencimentos raciais, a raça daria o tom da diferenciação na experiência da opressão experimentada pelas mulheres. Tal diferença acabava por se reproduzir dentro do movimento de mulheres, surgindo a necessidade de racialização do movimento de mulheres brasileiro.

⁷ "A principal indagação da afrocentricidade é se os padrões construídos pelo Ocidente constituem crenças ou conhecimento a respeito de povos e culturas africanos e diaspóricos, de sua filosofia e experiência de vida. A crítica afrocentrada verifica que, em grande parte, o Ocidente postula como conhecimento um conjunto de crenças que sofrem distorções oriundas do etnocentrismo ocidental. O pensamento afrocêntrico investiga e propõe formas de articular o estudo, a pesquisa e o conhecimento nesse campo" (NASCIMENTO, 2009. p. 30).

⁸ Na perspectiva de Iolanda de Oliveira (2007), o que houve em 1888 foi na verdade a legalização da abolição, visto que, segundo ela, apenas 5% da população negra do Brasil ainda preservavam o *status* de escravizados.

Nesse sentido, a interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe, o ingrediente colonial de hierarquização, constituíram-se, enquanto características comuns das experiências das mulheres negras, em diáspora e em base para forjar mecanismos de resistência ao padrão estabelecido pela lógica hierarquizante desde o período colonial e um ponto a partir do qual se pode analisar a sociedade atual.

Assim, podemos articular gênero, raça e classe e tentar compreender como o machismo, o sexismo e o racismo, ao hierarquizar os indivíduos segundo atributos físicos, são determinantes na formação sócio-histórica que estão na base das desigualdades, e que sua superação, passa necessariamente pela compreensão desses fenômenos à luz de sua historicidade.

***BLACK WOMEN AND THE STRUGGLE FOR EQUALITY:
FOR A DECOLONIAL BLACK FEMINISM***

ABSTRACT: *This work starts with a reflection on the feminist experience from a decolonial perspective. To do so, it takes into account the asymmetries in the Brazilian women's movement and highlights the organizational strategies of the black women's movement, which considers the situation of women in the diaspora in the southern hemisphere through their experiences. It intends to demonstrate how the differences established by instruments that rank human beings kept the black population at the base of the social pyramid, with even greater losses for black women who are subject to the intersectionality of race, gender and class oppression as barriers to active citizenship. Thus, the everyday experiences of these women, combined with their struggle for survival, provides these women not only with a means of resistance to the standard established by the hierarchical logic in the acquisition of social goods, but also with a privileged viewing point for the analysis of this society.*

KEYWORDS: *Black Feminism. Coloniality. Black women.*

REFERÊNCIAS

ARANTES, Erica Bastos. **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX.** Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/906.pdf>>. Acesso em 10 nov 2016.

BARBOSA, Lícia Maria de Lima. Feminismo Negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf>. Acesso em 10 nov 2016.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>>. Acesso em 10 nov 2016.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-249.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres Negras, Militância Política e Justiça Social no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v.8, n 1, p. 53-69, 2007. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/161>>. Acesso em 10 nov 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em 10 nov 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro na matriz de dominação**. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 121-238. Disponível em: <<http://www.runet.edu/~Iridener/courses/BLKFEM.HTML>>. Acesso em: 8 nov de 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em 10 nov 2016.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza. Publicado em 12 de julho 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs.uwKB1L8>>. Acesso em 10 nov 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2000.

FIGUEROA, Aurora Vergara; HURTADO, Katherine Arboleda. **Feminismo afrodiaspórico: uma agenda emergente del feminismo negro em Colombia**. Universitas Humanística, Bogotá, n. 78, p. 109-34, 2014.

hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: _____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 83-104.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo negro, 2009.

OLIVEIRA, Iolanda de. A construção social e histórica do racismo e suas repercussões na educação contemporânea. In: **Cadernos Penesb** – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF, nº9, Rio de Janeiro/Niterói: EdUFF/Quartet, 2007. p. 257-281.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p.227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>>. Acesso em 10 nov 2016.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**. Niterói, v. 8, n. 1, p. 11-26, 2007. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/157>>. Acesso em 10 nov 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em 10 nov 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 585-589, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a07v13n3.pdf>>. Acesso em 10 nov 2016.

Recebido em 31/05/2016.

Aprovado em 31/10/2016.